

FECOMÉRCIO

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 08.07.15

EDITORIA: ECONOMIA

« EMPREGOS »

Indústria e comércio ainda avaliam 'Plano de Proteção'

FERNANDO DOMINGO

Repórter

Entidades ligadas ao comércio e ao setor industrial do Rio Grande do Norte ainda não possuem uma projeção sobre a maneira que o Plano de Proteção ao Emprego (PPE), anunciado pelo Governo Federal na última segunda-feira (6), vai impactar na economia potiguar. De acordo com as instituições, contudo, as mudanças propostas – reduzir jornada de trabalho e salários de forma proporcional – são benéficas para funcionários, que teriam seus empregos assegurados. Eles também veem vantagens para os empresários, com a diminuição dos custos, e o Governo, que manteria a arrecadação de impostos.

Pela proposta do Governo Federal, o PPE possibilita diminuir em até 30% a jornada de trabalho, com redução proporcional de salário, em períodos de crise, por no máximo 12 meses. Para isso, parte da remuneração paga pelo empregador seria complementada com recurso governamental, não ultrapassando R\$ 900,84 (equivalente a 65% do maior benefício de seguro-desemprego autorizado atualmente), que dividiria o desconto com o funcionário.

Em números, o desconto seria assim: um trabalhador com renda média mensal de R\$ 5 mil, após acerto com o empregador para reduzir 10% das horas trabalhadas, receberia R\$ 4,5 mil (90%) da empresa, R\$ 250 (5%) do Governo e teria um desconto no salário de outros R\$ 250 (5%), passando a receber R\$ 4.750,00 durante o período estabelecido.

De acordo com Melquisedeque Moreira, supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese/RN), o programa já vem sendo discutido desde 2012 e possui o apoio de algumas centrais sindicais. Ainda conforme o analista, o PPE não se dará como uma decisão unilateral, dependendo de um acordo coletivo entre empregado e empregador.

“É uma medida transitória, para tentar reduzir a atual depressão da atividade econômica brasileira. As empresas que indicaram queda na receita, na demanda, estão com o estoque elevado, podem recorrer. E o funcionário terá uma garantia de trabalho, que traz de volta o consumo e pode colaborar com a movimentação em outros setores”, declarou Moreira.

Segundo o presidente da Federação das Indústrias do RN, Amaro Sales, apesar das mudanças, o Estado não deve ter “muita repercussão com o programa”, por não possuir “um número elevado de grandes empresas geradoras de empregos”. Para o presidente da Fecomércio/RN, Marcelo Queiroz, o Governo precisa ainda detalhar os setores que poderão aderir. No entanto, ressalta que é um bom incentivo à economia.

VEÍCULO: PORTAL NO AR DATA: 08.07.15

Em 8 de julho de 2015 às 09:02

Economia

Senac-RN realiza curso de Gestão de Vendas no Varejo em Assú

Essa iniciativa integra ação de parceria com os Sindicatos filiados à Federação do Comércio por Redação

O Sistema Fecomércio RN, por meio do Senac, e em parceria com o Sindicato do Comércio Varejista de Assú, iniciou ontem (06) o curso de Gestão de Vendas no Varejo. O objetivo desta parceria é de ampliar as oportunidades dos trabalhadores, através de aperfeiçoamento profissional.



Curso de Gestão de Vendas no Varejo

em Assú (Foto: Divulgação)

Visando o desenvolvimento de competências para gerir negócios varejistas, a capacitação permite a identificação de mudanças e melhorias de processos na aplicação da execução, supervisão e avaliação das ações de vendas no varejo. As aulas, com duração de 60 horas, ocorrerão até o dia 23 de julho, na unidade do Senac Assú.

Essa iniciativa integra ação de parceria com os Sindicatos filiados à Federação do Comércio. O Senac, através do Atendimento Corporativo, desenvolve cursos customizados, de modo personalizado, com o intuito de atender as necessidades do empresário.

Atualizado em 8 de julho às 09:02

VEÍCULO: BLOG CANINDÉ SOARES DATA: 07.07.15

[Promoção do voo Buenos Aires/Natal continua esta semana](#)

Fotojornalismo – Natal – RN – Brasil

Positiva
Em canindesoares.com,
07 de Julho de 2015

Não será por falta de divulgação e propaganda que os argentinos deixarão de conhecer os encantos do Rio Grande do Norte. Após almoço promovido pela Gol Linhas Aéreas na Argentina, para lançar o voo Buenos Aires/Natal, o Governo do Estado, em parceria com a Prefeitura de Natal, ABIH/RN, Natal Convention e Fecomércio/RN, organizou uma presstrip com jornalistas “Hermanos” semana passada e, esta semana, recebe um time de operadores argentinos para o mesmo roteiro de praias e pontos turísticos.

Na noite de hoje (6), a Empresa de Promoções Turísticas do RN (Emprotur) organizou um workshop no Hotel Vila do Mar para hoteleiros e receptivos participantes da famtrip, seguido de jantar. Amanhã (7), os operadores seguem para Pipa, com paradas no Chapadão, Praia do Madeiro e Lagoa de Guaraiás. Isso após visita ao maior cajueiro do mundo, em Pirangi, no dia de ontem e um passeio de buggy em Jenipagu ainda na manhã de hoje. “É bom ressaltar que esses operadores que participarão do workshop são os mesmos que participaram do almoço de lançamento do voo Buenos Aires/Natal, onde apresentamos nossas potencialidades turísticas. E agora eles estarão vendo tudo ao vivo e a cores para sentirem o quanto nosso Estado é rico em atrativos e ideal para o lazer dos argentinos, e claro, incluírem nosso Estado nos pacotes de viagem”, destacou a presidente da Emprotur, Aninha Costa.

O presstrip integra o plano de divulgação promovido pelo Governo do Estado para o voo Buenos Aires/Natal, com início no último sábado. Segundo agências de viagem, o Nordeste brasileiro ainda é pouco explorado pelo argentino, e segundo o Ministério do Turismo, a Argentina mantém o posto de maior emissor de turistas para o Brasil, sendo o Rio Grande do Norte um dos destinos mais procurados pelos argentinos no Brasil, segundo o site de buscas Google.

[Link para a notícia](#)

VEÍCULO: BLOG GLÁUCIA LIMA DATA: 07.07.15
TERÇA-FEIRA

7
JULHO 2015
COMENTÁRIOS 0

SESC RN divulga programação oficial do Letra & Música na Festa de Sant'Ana de Caicó

Por Gláucia Lima, em Caicó

O talento potiguar é destaque no Sesc. Mais uma vez, o SESC RN incentiva os artistas da terra e proporciona shows no pavilhão de Sant'Ana. Confira a programação musical do Letra & Música na Festa de Sant'Ana 2015.

Projeto Letra & Música

Onde tem Sesc, tem talento potiguar

Programação (Pavilhão Cultural de Sant'Ana)

22/07	(quarta)	20h	Show Religioso com Ronaldo Carlos e Galvão Freire
23/07	(quinta)	20h30	Banda Nosso Encontro (Colaboradores do Sesc)
24/07	(sexta)	20h30	Os Novos Incríveis Caio Canuto (Casa de Cultura)
25/07	(sábado)	20h30	Geraldão de Caicó Anderson (Casa de Cultura) Trio Vênus (Coreto Musical)
26/07	(domingo)	20h30	Jonas Linhares e Banda
27/07	(segunda)	20h30	Silvio Ceará
28/07	(terça)	20h30	Cleyton Pinheiro
29/07	(quarta)	20h30	Max
30/07	(quinta)	11h	Forró É Bom Demais (Feirinha de Sant'Ana)
30/07	(quinta)	20h30	Orlando Batista e Fátima Moraes
31/07	(sexta)	20h30	Elaine Santos Solange Silva (Casa de Cultura) Marcus Vinicius (Coreto Musical)
01/08	(sábado)	20h30	Bené e Teclados Marcus Vinicius (Casa de Cultura) Dodora Cardoso (Coreto Musical)
02/08	(domingo)	19h30	Rodolfo Lopes

Programação (Famuse)

29/07	(quarta)	19h	Hilka Rachel
		21h15	Coral Canto Caá
30/07	(quinta)	12h	Rui Silva
		19h	Ane Kariny
31/07	(sexta)	19h	Deto Edina
01/08	(sábado)	19h	Dão Nunes
02/08	(domingo)	19h	Mel Foster

Parceria: Diocese de Caicó - Paróquia de Sant'Ana de Caicó

www.sescrn.com.br

Sesc Uma instituição do Sistema Fecomércio RN
Fecomércio RN Sesc | Senac

FALTOU NO CLIPPING

VEÍCULO: BLOG DO SIDNEY SILVA DATA: 01.07.15

Caicó realiza dia C do Cooperativismo no próximo sábado

in Caicó



Dia do Cooperar em Caicó, no próximo sábado

A cidade de Caicó vai vivenciar neste próximo sábado (04) as ações do dia 'C do Cooperativismo'. As ações serão desenvolvidas na Escola Estadual Dom Adelino Dantas, no Bairro Walfredo Gurgel, das 8h às 12h. O evento faz parte do Projeto Dia C – Dia do Cooperar, que tem o objetivo de promover e estimular a integração das ações voluntárias de cooperados, colaboradores e familiares em um grande movimento de solidariedade cooperativista.

“É o quarto ano consecutivo que realizamos o dia do cooperar aqui em Caicó. Dessa vez, os beneficiados será a Comunitária e Cultural dos Homens Pretos de Caicó – Irmandade do Rosário. Esse evento acontece em todo Brasil simultaneamente neste dia 04 e aqui no Seridó outras cidades, como São João do Sabugi, também estão na luta”, disse José Vanderli, coordenador do núcleo Seridó do SESCOOP RN.

O dia de Cooperar é uma iniciativa do Sistema OCB que estimula o trabalho voluntário abrange um amplo leque de possibilidades de intervenção em áreas como educação, saúde, assistência social, cultura, cidadania, meio ambiente, esporte e lazer, prestação de serviços administrativos, dentre outras.

“A cooperativa uniodonto Seridó é quem vai encabeçar a ação e terá como co-participes a Coopetese – Cooperativa de transportes e a Coase – Cooperativa de produção artesanal. Também está conosco a UERN, IFRN, Sesc, Senac, clube das

samaritanas, Secretaria de Saúde, Instituto Pilares, Ordem Demoley, Slup Sorvetes e OAB. Esse ano nós queremos que a ação continue o resto do ano”, conclui Vande

NOTÍCIAS DE INTERESSE:

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 08.07.15

EDITORIA: POLÍTICA

Câmara adia recesso para votar três projetos

« LEGISLATIVO » Antes de interromper as atividades, vereadores vão apreciar o substitutivo para o projeto da lei de licitação dos transportes

A Câmara Municipal terminou a votação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), mas não entrará em recesso. Antes, serão apreciados três propostas, com base no acordo articulado entre as bancadas. Serão votadas as autorizações de concursos das Secretarias Municipais de Saúde e de Trabalho e Ação Social e ainda o projeto substitutivo da lei que regulamenta o transporte público. Com isso, hoje haverá sessão no Legislativo.

No último dia de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, ontem, ainda houve polêmicas no plenário. De autoria do vereador Sandro Pimentel (PSOL), foi aprovada uma emenda que destina 0,4% da receita do município para o cuidado com animais, manutenção dos equipamentos e início da construção de um hospital veterinário. Ou seja, para essa rubrica foram destinados R\$ 2 milhões.



Servidores vão à Câmara Municipal pedir mediação dos vereadores para a greve da categoria

damental. A proposta apresenta-
sência de vagas suficientes na re-



ALEX REGIS

Carlos Castim está entre os secretários que deverão participar da tentativa de negociação

Servidores voltam a protestar

Os servidores públicos de Natal em greve voltaram a acampar em frente à Câmara Municipal. O ato, que foi marcado após não haver reunião entre grevistas e Prefeitura, na terça-feira, para discussão da data-base da categoria, foi o principal motivo para a Câmara aprovar a convocação de secretários municipais para discutir concessão de benefícios aos servidores. Segundo os sindicatos que participaram da mobilização, os vereadores confirmaram a convocação (veja texto ao lado).

Em comunicado distribuído à imprensa, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Natal (Sinsenat) e o Sindicato dos Agentes de Saúde (Sindas) afirmaram que os vereadores assumiram o compromisso e que o protesto foi para reforçar a intenção das entidades em terem o apoio da Câmara na abertura de diálogo com os representantes do município. Com a convocação aprovada, os servidores em greve decidiram interromper o acampamento no Legislativo.

Cinco secretários serão convocados

Os vereadores de Natal aprovaram ontem a convocação de cinco secretários municipais. Eles deverão comparecer amanhã, às 10h, na sede do Legislativo. O objetivo é a negociação sobre a data base dos servidores públicos, que estão em greve há mais de um mês.

Ontem, após a tentativa frustrada de negociação ocorrida na segunda-feira, os servidores

acamparam na sede do Legislativo e receberam o apoio dos vereadores. O primeiro secretário da Casa, Luiz Almir (PV), intermediou a negociação com o compromisso dos servidores desfazerem o acampamento desde que a convocação dos secretários fosse aprovada. E foi o que ocorreu.

Com isso, os titulares da Procuradoria, Carlos Castim; do Planejamento, Virgínia Ferreira; do

Gabinete do Prefeito, Johnny Costa; da Administração, Jandira Borge; e da Controladoria, Dionísio Caldas, irão ao Legislativo na quinta-feira. "O que nós queremos é que a Prefeitura mostre a proposta para os servidores. O prefeito não cumpre a data base e todo ano a gente tem que fazer greve", disse a coordenadora do Sinsenat, Soraia Goideiro.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 08.07.15

EDITORIA: POLÍTICA

CORTES NO JUDICIÁRIO SERÃO VOTADOS HOJE NA ASSEMBLEIA

/ RESPONSABILIDADE / DEPUTADOS DISPENSAM TRAMITAÇÃO E VOTAM HOJE PROJETOS QUE PREVEEM CONGELAMENTO DE GTNS E EXTINÇÃO DE BENEFÍCIOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SINDICATO DE SERVIDORES VAI ACOMPANHAR SESSÃO E ESPERA "BOM SENSO" NA VOTAÇÃO

DEGO CAMPELO
DO NOVO JORNAL

OS PROJETOS DE lei enviados à Assembleia pelo Tribunal de Justiça (TJR), que preveem a readequação das contas do judiciário potiguar à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) serão encaminhados para a votação amanhã (09), de acordo com informações da Secretaria da Assembleia Legislativa (ALRN). A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deu parecer constitucional aos projetos, em reunião ordinária na manhã de ontem; e os encaminhou para tramitação na Secretaria Legislativa.

A partir desse procedimento, a secretaria irá encaminhar o projeto para ser lido em plenário na sessão de hoje (08) e ser votado amanhã (09). A secretaria faz hoje (ontem) a publicação do avulso, que é a matéria como chegou mais o parecer da comissão e a partir disso encaminhará para leitura amanhã (hoje) e votação quinta-feira, explicou o secretário adjunto legislativo Carlos Gomes de Castro.

Já o líder do governo na Assembleia, deputado Fernando Mineiro, afirmou que os projetos irão para a pauta de votação hoje mesmo, de imediato à leitura do projeto pela Casa. A informação também foi dada pelo deputado Carlos Augusto Maia (PTdoB). O projeto passou apenas pela CCJ e teve dispensada a tramitação na

Comissão de Finanças e Fiscalização e da Comissão de Administração, Serviços Públicos e Trabalho, segundo decisão do colégio de líderes da Assembleia.

Antes do parecer de ontem da CCJ a comissão já havia ouvido o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte (Sisjern), em reunião extraordinária nesta segunda-feira (06) na AL. "Estamos cumprindo o nosso compromisso de escutar os interessados em projetos que chegam a esta comissão, de uma forma democrática. Jamais iríamos votar essas matérias sem ouvir os servidores", disse a presidente da CCJ, deputada Márcia Maia (PSB) ao abrir os trabalhos na segunda-feira.

Na ocasião os deputados integrantes da comissão ouviram os argumentos dos advogados Felipe Monnerat e Daniel Pessoa como representantes do Sisjern. Eles replicaram as argumentações do Tribunal de Justiça quanto às proposições enviadas à Casa. Um dos projetos discutidos na CCJ e que devem ser votados amanhã tratam do congelamento da Gratificação de Técnico de Nível Superior (GTNS).

Outro projeto prevê a extinção do adicional por tempo de serviço (amúniões) dos trabalhadores efetivos da justiça, transformando-os em quinquênios. Esse projeto tenta mudar a regra atual, que adiciona 1% ao valor do salário



Segundo o líder do Governo, deputado Fernando Mineiro, projetos serão votados hoje

do servidor efetivo a cada ano de trabalho. Esses dois projetos foram relatados pelo deputado Albert Dickson (PROS). Será votado também o projeto que visa substituir por auxílio-alimentação - no

mesmo valor - a gratificação para os funcionários crediados. Ficou responsável pela relatoria desse projeto específico o parlamentar Carlos Augusto Maia (PTdoB). "Meu parecer foi favorável à cons-

titucionalidade e admissibilidade do projeto, porque eu vejo que é importante para os servidores", disse o deputado Carlos Maia.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel

“ESTAMOS CUMPRINDO O NOSSO COMPROMISSO DE ESCUTAR OS INTERESSADOS EM PROJETOS QUE CHEGAM A ESTA COMISSÃO, DE UMA FORMA DEMOCRÁTICA. JAMAIS IRÍAMOS VOTAR ESSAS MATÉRIAS SEM OUVIR OS SERVIDORES”

Márcia Maia
Deputada

Ferreira (PMDB), confirmou estar aguardando apenas a leitura em plenário para colocar o projeto em votação. Ele não informou, no entanto, se o projeto seria votado de imediato ou na sessão seguinte. "Nós já ouvimos o sindicato e depois que passar pela comissão de constituição e justiça pode ser lida e anunciada a matéria para ser votada. Estamos aguardando e assim que for lido será anunciada a votação" disse o presidente.

SISJERN CONTESTA MEDIDAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte (Sisjern) está organizando um movimento para pressionar os deputados a votarem contra os projetos enviados pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cláudio Santos, à Assembleia Legislativa. "A nossa expectativa é que os deputados tenham bom senso em entender que os argumentos que nós colocamos para a CCJ são argumentos que devem ser levados em consideração, porque de certa forma nós estamos comprovando que o cenário de caos orçamentário que o presidente do TJ pintou não é assim", disse o vice-presidente do Sisjern, Alexandre Santos.

Sem entrar em detalhes, Alexandre afirmou que os advogados do sindicato apresentaram documentos oficiais que comprovam que as medidas sugeridas por Cláudio Santos são desnecessá-



Alexandre Santos, vice-presidente do Sisjern, critica projetos do TJ

rias. "O que a gente entende é que a única explicação para essas medidas é fazer caixa para aumentar direitos dos magistrados. Então, em razão disso ser de uma extrema injustiça, a expectativa é que os deputados compreendam isso e deem a resposta que a sociedade

de espera", acrescenta Alexandre. Ainda segundo ele, o sindicato convocará os sindicalizados para lotarem as galerias da Casa Legislativa e fazerem movimentação também em frente à Assembleia, demonstrando a insatisfação dos servidores quanto aos projetos.

NOVO PROJETO TRANSFORMA AUXILIARES EM CHEFES DE SECRETARIA

A presidência do Tribunal de Justiça encaminhou à Assembleia essa semana mais um projeto do presidente do TJ que pretende adequar os gastos com pessoal do judiciário à Lei de Responsabilidade Fiscal. O texto submetido à deliberação da Assembleia supõe a transformação de 222 cargos de auxiliar de gabinete de juiz e 12 cargos de auxiliar de secretaria em 234 cargos de chefe de secretaria.

Apesar de o projeto já ter sido submetido à Casa, até ontem o Sisjern ainda não tinha conhecimento. Dos 234 cargos de chefe de secretaria, caso aprovado o projeto, seriam distribuídos 231 para cada juízo de direito; e três cargos para centro judiciário de solução de conflitos, sendo um da Comarca de Natal e outro da de Mossoró e o último da de Pamamirim.

No texto do Projeto de Lei Complementar 022/15, o desem-



Felipe Monnerat, advogado

bargador Cláudio Santos justificou a transformação, em vez da simples criação dos cargos necessários, "com a finalidade de neutralizar potencial impacto nas des-

pesas de pessoal e agilizar a nomeação dos chefes de secretaria decorrente da necessidade de submissão do presente anteprojeto ao Conselho Nacional de Justiça".

Para o advogado do Sisjern, Felipe Monnerat, a nova ideia do TJ para adequar o judiciário à LRF caracteriza "fraude à constituição". "Ele transforma esse cargo em chefe de secretaria com a mesma função dos diretores, só que os diretores hoje ganham R\$ 5,8 mil; os chefes de secretaria vão ganhar R\$ 2,6 mil. Então é uma forma de manipular e descumprir a constituição tentando mascarar que está descumprindo", critica Felipe Monnerat. Caso a proposta seja aprovada em plenário a estratégia do sindicato será entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN). O Tribunal de Justiça - por meio de sua assessoria - informou que não ia comentar o assunto.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 08.07.15

EDITORIA: POLÍTICA

/ PEDALADAS /

Contas são regulares, diz ministro do Planejamento

CAROLINA GONÇALVES
AGÊNCIA BRASIL

O **MINISTRO DO** Planejamento, Nelson Barbosa, disse ontem (7) que todas as operações financeiras feitas pelo governo estão dentro da lei. "São operações que foram objeto de aprovação pelo próprio Tribunal de Contas da União [TCU] em exercícios anteriores: são operações que têm por objetivo adaptar a política fiscal para uma melhor evolução da economia", disse Barbosa, ao deixar a sala da liderança do PT na Câmara dos Deputados.

O governo tem até o dia 22 deste mês para explicar pontos

questionados pelo TCU, responsável pela análise das contas do Executivo. No último dia 17, o TCU adiou por 30 dias o julgamento das contas de 2014 do governo federal. O ministro Augusto Nardes pediu explicações sobre indícios de irregularidades apontadas pelo tribunal, por descumprimento das leis de Responsabilidade Fiscal e Orçamentária Anual.

Na noite de anteontem (6) a presidenta Dilma Rousseff reuniu-se com ministros, presidentes e líderes de partidos da base aliada no Congresso Nacional para apresentar as justificativas. Hoje, Barbosa e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, repa-

saram as explicações aos parlamentares petistas.

Segundo Barbosa, a questão é complexa e técnica, "apesar de parecer bastante política". O TCU elencou 13 perguntas. "É um tema complexo que exige explicação detalhada para que as pessoas possam entender melhor o que cada ponto inclui. É um trabalho para melhorar a informação e transmitir a posição do governo", disse o ministro.

O advogado-geral da União explicou que o parecer do TCU será analisado pelo Congresso Nacional e que, por isso, houve a conversa com a bancada do partido. Ele negou que haja posicio-

namento político do tribunal nos questionamentos feitos às contas do governo. "[O TCU] Está agindo de acordo com o julgamento. Agora, o tribunal compreendeu que é necessário ter um contraditório", avaliou.

Adams disse que os questionamentos foram entendidos como regulares no passado e garantiu que as explicações serão enviadas no prazo definido pelo tribunal. "Não vemos necessidade de pedir mais tempo. Os elementos que nós temos estão sendo colecionados; estão bem sistematizados. Todas as áreas do governo envolvidas estão trabalhando com dedicação", afirmou.



Nelson Barbosa, do Planejamento, defende operações do Governo

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 08.07.15

EDITORIA: POLÍTICA

“NÃO VOU CAIR”, DIZ DILMA EM ENTREVISTA A JORNAL

/ GOVERNO / EM ENTREVISTA, DILMA ROUSSEFF AFIRMA QUE TENTATIVAS DE IMPEACHMENT SÃO MOTIVADAS POR “LUTA POLÍTICA” E QUE NÃO TEME ESSE TIPO DE PRESSÃO

A PRESIDENTA DILMA Rousseff disse ontem (7) que não teme possíveis pedidos de impeachment por partidos de oposição e descartou qualquer possibilidade de renúncia. “Se tivesse culpa no cartório, me sentiria muito mal. Mas não tenho nenhuma [culpa]. Nem do ponto de vista moral, nem do ponto de vista político”, disse a presidente em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo.

Para Dilma, que iniciou viagem à Europa, as tentativas de interrupção do seu mandato são “luta política” e “um tanto quanto golpista”. “Não vou cair. Não vou, não vou. Isso é moleza, isso é luta política. Se tem uma coisa que eu não tenho medo é disso. Não conte que eu vou ficar nervosa, com medo. Não me aterrorizam”, disse a presidente ao ser perguntada sobre um eventual pedido de impeachment.

Na entrevista ao jornal, Dilma lembrou dos boatos de que teria tentado suicídio por causa de pressão que vem sofrendo. “Outro dia postaram que eu tinha tentado suicídio, que estava traumatizadíssima. Não aposta nisso, gente. Foi cem mil vezes pior ser presa e torturada. Vivemos numa democracia. Não dá para achar que isso aqui seja uma tortura. Não é. É uma luta para construir um país. Não quis me suicidar na hora em que eles estavam querendo me matar. A troca de quê vou querer me suicidar agora? É absolutamente desproporcional. Não é da minha vida”, afirmou.

Sobre a possibilidade de não terminar o mandato, Dilma ressaltou serem necessárias provas para pedir a interrupção do mandato de um presidente. “Isso [não terminar o mandato] do ponto de vista de uma certa oposição um tanto quanto golpista. Eu não vou terminar por quê? Para tirar um presidente da República tem que explicar por que vai tirar. Confundiram seus desejos com a realidade, ou tem uma base real? Não acredito que tenha uma base real”, acrescentou.

Perguntada sobre as prisões dos presidentes das empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez em meio à Operação Lava Jato, Dilma disse considerá-las “estranhas” e voltou a fazer críticas so-

bre a delação premiada do dono da empreiteira UTC, Ricardo Pessoa. “Não costumo analisar ação do Judiciário. Agora, acho estranha [o pedido de prisão].”

Em relação às críticas feitas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à sua gestão, Dilma voltou a negar atrito com seu antecessor. “Querido, podem querer, mas não faço crítica ao Lula. Não preciso. Deixa ele falar. O presidente Lula tem direito de falar o que quiser.”

Ao ser perguntada sobre o julgamento das contas do governo pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a presidente voltou a negar irregularidades no atraso do repasse de recursos do Tesouro para os bancos públicos quitarem gastos com programas sociais ao longo do ano passado. “O governo dará uma resposta circunstanciada, item a item, para o TCU. Não acho que houve o que nos acusam. Aliás, é interessante notar que o que nós adotamos foi adotado muitas vezes antes de nós.”



ROBERTO STUCKERT FILHO / FOLHA

“

NÃO VOU CAIR. NÃO VOU, NÃO VOU. ISSO É MOLEZA, ISSO É LUTA POLÍTICA. SE TEM UMA COISA QUE EU NÃO TENHO MEDO É DISSO. NÃO CONTE QUE EU VOU FICAR NERVOSA, COM MEDO. NÃO ME ATERRORIZAM”

Dilma Rousseff
Presidente da República

AÉCIO REBATE PRESIDENTE; ALIADOS REITERAM APOIO AO GOVERNO

O presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG), rebateu ontem (7) as declarações da presidente Dilma Rousseff de que as tentativas de interrupção do seu mandato são “luta política” e “um tanto quanto golpista”. Em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, Dilma disse também que não teme possíveis pedidos de impeachment feitos por partidos de oposição e descartou qualquer possibilidade de renúncia.

“Tudo que contraria o PT e os interesses do PT é golpe! Na verdade, o discurso golpista é o do PT, que não reconhece os instrumentos de fiscalização e de representação da sociedade em uma democracia. O discurso golpista do PT tem claramente o objetivo de constranger e inibir instituições legítimas, que cumprem plenamente seu papel”, disse Aécio, em nota.

Para o tucano, o discurso da presidente e de seus aliados “não é mais do que parte de uma estratégia planejada para inibir a ação



PELLO FRANÇA / AGENCIA SENSO

das instituições e da imprensa brasileiras no momento em que pesam sobre a presidente da República e sobre seu partido denúncias da maior gravidade”.

O líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), rebateu as críticas do senador. “O Aécio é o porta-voz do golpe. Deveria, pelo menos, honrar a história do seu avô [Tancre-

do Neves].”

Depois de reunião com o vice-presidente Michel Temer, os presidentes e líderes de partidos da base aliada no Congresso Nacional reafirmaram o apoio à presidente Dilma e a Temer após o discurso dos líderes oposicionistas sobre possíveis pedidos de impeachment. Durante convenção do partido, no domingo (5),

“

TUDO QUE CONTRARIA O PT E OS INTERESSES DO PT É GOLPE! NA VERDADE, O DISCURSO GOLPISTA É O DO PT, QUE NÃO RECONHECE OS INSTRUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO”

Aécio Neves
Senador

Aécio disse que o governo Dilma “pode ser mais breve do que alguns imaginam”.

“Os líderes e dirigentes partidários abaixo-assinados manifestam o seu apoio à presidente e ao vice-presidente. E reafirmam seu profundo respeito à Constituição e seu inarredável compromisso com a vontade popular expressa nas urnas e com a legalidade de-

democrática”, destaca a nota assinada por parlamentares do PT, PMDB, PDT, PCdoB, PROS, PSD, PR, PRB, PHS e PSDC.

Para Temer, a nota de apoio dos partidos aliados revela a unidade da base. “Porque muitas vezes aparece uma informação, segundo a qual um partido tal está descontente. Os líderes aliados da base não só verbalizam o apoio como hoje escrevem o que pensam”.

José Guimarães destacou que a manifestação política é importante porque há um enfrentamento político intenso neste momento. “É uma resposta para mostrar a unidade da base e unidade política naquilo que é fundamental”, afirmou. Segundo Guimarães, o fundamental é a defesa da legalidade. “Exorcizarmos os arautos do golpe e das saídas que não se coadunam com a democracia. A nota é para responder para a sociedade: a base não vai pactuar, nem vacilar na defesa do Estado Democrático de Direito.”

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 08.07.15

EDITORIA: ECONOMIA

RN POUCO SE BENEFICIA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO

/ CRISE / EMPRESÁRIOS ACREDITAM QUE SETOR INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO NORTE POSSIVELMENTE NÃO VAI SE ENQUADRAR NO PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO (PPE); ANUNCIADO SEGUNDA-FEIRA PELO GOVERNO

IGOR JACOME
DO NOVO JORNAL

O SETOR INDUSTRIAL potiguar comemorou a medida provisória (MP) anunciada pelo governo federal na última segunda-feira (6) para tentar conter o aumento do desemprego, consequência da crise econômica. Para o empresariado, o projeto flexibiliza um pouco as relações trabalhistas no país, o que facilitaria a sobrevivência das empresas. Por outro lado, o setor industrial não é tão forte no Rio Grande do Norte e possivelmente não se enquadrará nas exigências do governo.

O Programa de Proteção ao Emprego (PPE) vai permitir que as empresas reduzam em até 30% a carga de trabalho e, proporcionalmente, os salários dos seus funcionários. O acordo deve ser coletivo, entre empresa e sindicato, e pode durar, no máximo, um ano. Enquanto isso, a União vai repor em até 15% o salário do trabalhador através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

As empresas potiguares não sabem, entretanto, se vão adotar o programa, principalmente porque o governo ainda vai definir, dentro dos próximos 15 dias, quais os setores contemplados e as condições necessárias para que os empresários sejam autorizados a fechar acordo com sindicatos. Para o economista e supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos no RN (Dieese/RN), Melquisedec Moreira, as indústrias de produção, como a de veículos e linha branca, por exemplo, deverão ser as prioridades. "Serão as empresas que estão com os estoques cheios, não estão conseguindo re-



Guararapes não considera necessária a adesão ao programa, pois, apesar da crise macroeconômica, ainda aposta no crescimento das vendas

passar os produtos e, consequentemente, têm que diminuir a produção", avalia.

Os representantes potiguares procurados pela reportagem, foram unânimes em considerar que a decisão do governo "flexibiliza as relações trabalhistas no país" - o que seria necessário, nesse momento, para evitar demissões. Porém, para o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern), Amaro Sales, a medida pode não surtir tanto efeito no estado devido ao fato de que 97% das empresas instaladas aqui serem de pequeno e médio porte, quando a proposta

atingirá as maiores. "Temos apenas cerca de 20 indústrias de grande porte no nosso Estado, como a Petrobrás, a Coteminas e a Guararapes", avaliou.

João Lima é presidente do Sindicato da Indústria Têxtil e diretor do Sindicato das Confecções - duas entidades complementares do setor. Embora não saiba informar se as empresas vão aderir ao PPE, pois ainda não houve discussão a respeito do tema, o diretor considera que a situação das indústrias localizadas aqui ainda não é tão grave quanto no restante do Brasil. "A priori, as empresas estão sobrevivendo à crise. Mesmo

que nenhuma empresa entre no programa, só o fato de ele existir já é importante", disse. A legislação trabalhista brasileira, de acordo com sua avaliação, é muito engessada, por ter sido criada numa época em que não havia sindicatos e o governo precisava proteger mais o trabalhador. "O melhor de tudo é que o governo não está obrigando nada. Está abrindo espaço para que os empresários e os sindicatos negociem o que é melhor para ambos", concluiu. Apesar de garantir que a crise não é tão grave no RN, o diretor lembrou que há dois meses o grupo Santana Têxtil suspendeu operações em

duas fábricas na Grande Natal. Foram 300 trabalhadores demitidos.

Apesar de reforçar o pensamento dos colegas de outros setores da indústria, o empresário e presidente do Sindicato da Construção Civil do RN, Arnaldo Gaspar Júnior, explicou que a medida não é vantajosa para o setor por um motivo. "Essa flexibilidade é sempre bem-vinda. Mas no nosso caso ela é danosa, porque o maior gasto no nosso setor é com as despesas administrativas. As outras indústrias podem reduzir o ritmo da produção. Se a gente faz isso, atrasamos a obra, aumentamos o gasto", explicou.

MINISTROS ACREDITAM EM ECONOMIA DE RECURSOS

O programa que permitirá a redução de até 30% da jornada e do salário dos trabalhadores de empresas em dificuldades financeiras vai gerar uma economia dos recursos que o governo gastaria caso os empregados fossem demitidos. Essa é a avaliação dos ministros que participaram das negociações e anunciaram segunda-feira (6) a edição da medida provisória que cria o Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

De acordo com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rosseto, o governo trabalha com uma referência inicial de R\$ 100 milhões a serem utilizadas no programa, provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), mas os recursos serão adequados à medida que houver adesão ao programa.

Segundo o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, o custo do PPE será menor do que os gastos com o seguro-desemprego e o lay-off (sistema de demissões e suspensões temporárias do contrato de trabalho). "Nós fizemos uma simulação com [adesão de] 50 mil trabalhadores. Nesse caso, haveria um gasto menor de cerca de R\$ 68 milhões. Economiza, se contar o [valor] com que os trabalhadores vão continuar contribuindo, já que eles mantêm vínculo empregatício, com INSS e FGTS, e vão continuar pagando Imposto de Renda. [Isso] preserva a receita do governo que seria perdida caso o trabalhador fosse demitido".

O governo alega que, por ser um esforço para a manutenção do emprego, a União, por meio do FAT, vai complementar até a metade da perda salarial do empregado. Assim, se o trabalhador tiver a redução de 30% na jornada, em um cenário em que recebe até R\$ 6 mil, ele terá na verdade uma redução de 15% do salário (já que o governo complementa com a metade da perda salarial). Nesse sentido, de acordo com Rosseto, os trabalhadores que recebem até R\$ 6 mil "terão assegurados até 85% do

CONFECÇÕES NÃO VÃO ADERIR À PROPOSTA

Uma das maiores empresas do Estado, a Guararapes Confeções não considera necessária a adesão ao projeto do Governo Federal, pois, apesar da crise macroeconômica, ainda aposta no crescimento das vendas. Isso, de acordo com o diretor Industrial, Jairo Amorim, por causa da ampliação das operações das lojas Riachuelo – do mesmo grupo. "Inicialmente a gente não tem intenção. Apesar de as vendas estarem mais difíceis, por causa da redução do crédito, estamos prevendo ampliação. Não temos necessidade de reduzir nossa produção", garantiu. A empresa conta com cerca de 10 mil funcionários e terá férias coletivas no próximo mês. O diretor explica que as férias fazem parte de um acordo normal e antigamente os trabalhadores dividem o direito em dois períodos de 15 dias ao ano. Amorim também negou rumores de demissões em massa e disse que os últimos desligamentos foram dentro dos padrões normais da empresa no período. "Não houve reposição porque estamos prestes a entrar nas férias coletivas", acrescentou.

O Sindicato dos Oficiais Al-

faíates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confeções de Roupas no RN (Sindconfeções) ainda não fez levantamento de quantos funcionários foram demitidos neste ano, no Estado. No mês passado, de acordo com a diretora Maria dos Navegantes da Silva, foram 365 em todo o Estado. Um número preocupante, mas pequeno, num universo que vai de 16 mil a 20 mil trabalhadores. "Estamos preocupados, mas a crise ainda não chegou de fato aqui. E rezamos para que não chegue. A Guararapes demitiu 200 pessoas mês passado, mas é um número normal da época", avaliou.

No ano de 2014 inteiro, foram 2500 demissões no RN, segundo o sindicato. A sindicalista acredita que o projeto do Governo não será utilizado no Estado, porque, como lembra, a realidade do Nordeste é diferente de outras partes do país. "O salário aqui é bem menor que no Sul ou Sudeste. A base é de R\$ 793, com algumas outras vantagens nas empresas maiores", destaca. Pela MP do Governo Federal, mesmo com a redução, deve ser respeitado o salário mínimo, que atualmente é de R\$ 788.

MODELO JÁ É UTILIZADO EM PAÍSES INDUSTRIALIZADOS

O modelo do Programa de Proteção ao Emprego apresentado pelo governo federal é a adaptação local de uma ferramenta já utilizada em todo o mundo, principalmente em países mais industrializados, como é o caso da Alemanha. A informação é do diretor técnico do Dieese, Melquisedec Moreira. "É um dos modelos mais eficientes que existem. A economia vive em ciclos e o programa existe para evitar que o trabalhador perca seu emprego no momento de depressão", argumentou.

Na prática, funcionará assim: as empresas terão até o dia 31 de dezembro próximo para aderir ao programa. Ele vai valer por seis meses e poderá ser prorrogado por mais seis – encerra-se em 31 de dezembro de 2016. Nesse período, em acordo de cada empresa com os sindicatos, a carga horária será reduzida em até 30%. Os salários dos trabalhadores terão redução proporcional. Porém o Governo Federal vai pagar até metade (15%) do valor tirado do salário através do Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT). Melquisedec aponta que um trabalhador que ganha



► Moreira, do Dieese, defende eficiência do novo programa governamental

R\$ 2.500 irá receber R\$ 1.750 do empregador e outros R\$ 375 do Governo Federal, somando R\$ 2.135. "Efetivamente, os funcionários das empresas que aderirem vão receber 85% dos seus salários normais", considerou.

O valor repassado aos trabalhadores, porém, tem um teto de R\$ 900,84 (65% do maior seguro desemprego). Portanto, um trabalhador que ganhe R\$ 10 mil, por exemplo, e tenha redução de 30% (R\$ 3 mil), só vai poder receber o repasse do FAT de até 900,84, não R\$ 1.500 (15% de 10 mil). O governo criou

um comitê interministerial que vai definir, nos próximos 15 dias, os indicadores e financeiros das empresas que poderão se enquadrar no programa. As empresas que aderirem não poderão dispensar os trabalhadores durante a vigência dos salários diferenciados. Concluído o regime, o funcionário também não poderá ser demitido pelo prazo de um terço do tempo que passou no programa. Medidas Provisórias têm validade de três meses. Então, para que esta seja efetivada, a proposta ainda precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional.

salário, o que é uma faixa importante, que abrange imensa maioria dos trabalhadores do país". Segundo ele, quem ganha acima desse valor também terá uma complementação proporcional.

Uma das exigências para as empresas é que não pode haver demissão de trabalhadores durante a vigência do programa. Essa condição se mantém por um período de um terço do tempo em que aderiu ao programa. Desse modo, a proibição de demissões pode ser de mais dois meses além do período de adesão de um semestre, ou de quatro meses caso a empresa participe do programa por um ano.

Para José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), o PPE é vantajoso para os empregados. "Quando há crise, a primeira medida do empresário é a demissão. [O programa vai] evitar que [a empresa] demita, mesmo havendo uma pequena redução no vencimento do empregado. Esse ponto para nós é muito positivo, nos dá condições de defender também o programa", afirmou.

De acordo com o ministro Rosseto, o programa faz parte de uma agenda positiva do governo para os trabalhadores e para a economia: "O governo tem desenvolvido esforços muito importantes recentemente no sentido de estimular a recuperação da atividade econômica em um cenário de grandes dificuldades.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 08.07.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ CAPITAIS /

IBOVESPA SE RECUPERA E FECHA NO POSITIVO

APÓS CHEGAR A cair 2% durante a manhã de ontem e confirmando o cenário negativo confirmado na véspera, o Ibovespa virou para no final do dia, impulsionado principalmente na última hora de pregão com a notícia de que a zona do euro considera uma proposta para dar à Grécia um financiamento emergencial via fundo para impedir um novo default. Destaque para as ações da Petrobras e da Vale, que conseguiram fechar no positivo após caírem mais de 5% pela manhã.

O benchmark da Bolsa brasileira subiu 0,37%, a 52.344 pontos, acompanhando as bolsas americanas, que também ganharam força com a novidade na Grécia. O volume financeiro negociado na Bovespa foi de R\$ 7,187 bilhões. Ao mesmo tempo, o dólar comercial teve alta de 1,28%, a R\$ 3,1809 na compra e a R\$ 3,1825 na venda depois de bater R\$ 3,1995 na máxima do dia. No mercado de juros futuros, o DI para janeiro de 2017 zerou ganhos e ficou estável em 13,74%, enquanto o DI para janeiro de 2021 virou para uma queda de 2 pontos-base, a 126,3%.

Além da questão grega, o FMI (Fundo Monetário Internacional), reiterou nesta terça que os Estados Unidos não devem elevar os juros antes de 2016, diante das incertezas no mercado internacional. A notícia acaba tendo um impacto nas ações, pois a elevação dos juros nos EUA pode

fazer com que o capital aplicado na renda variável (principalmente em emergentes) migre para a economia americana.

Da mínima para a máxima, as ações da Petrobras subiram 9%, ao passo que as da Vale dispararam 8% do seu fundo ao topo diário. Isso apesar da queda de 5,1% do minério do porto de Qingdao, que fechou cotado a US\$ 49,60 a tonelada. Repercutindo as notícias da Grécia e dos EUA, o barril do petróleo WTI (West Texas Intermediate) subiu 1,28%, a US\$ 53,17, após cair mais de 3% no intraday.

Ainda sobre a Petrobras, saiu na noite anterior que o Tribunal Arbitral proferiu no último dia 2 de julho, uma decisão cautelar que determina que a Petrobras passe a depositar trimestralmente, em favor da ANP, a quantia de R\$ 350 milhões, que poderá a chegar ao total de R\$ 2,2 bilhões. A quantia refere-se à arbitragem proposta pela Petrobras a respeito da resolução da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), que considera as concessões de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarate e Pirambu como um único campo a partir do segundo trimestre de 2014. A estatal ressalta que "se trata de decisão de natureza preliminar, tendo em vista que os árbitros não decidiram sobre o mérito da matéria".

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 08.07.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ FINANÇAS /

MP DIMINUIRÁ CRÉDITO BANCÁRIO, DIZ FEBRABAN

O PRESIDENTE DA Federação Brasileira de Bancos, Murilo Portugal Filho, disse ontem que, caso seja convertida em lei, a Medida Provisória 675/15 poderá tornar o crédito mais caro e mais difícil de ser obtido com instituições bancárias.

A medida, que aumenta de 15% para 20% a Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) paga por instituições financeiras, entrará em vigor no dia 1º de setembro.

O aumento dessa alíquota vai gerar incremento na receita da CSLL de aproximadamente R\$ 747 milhões este ano e de R\$ 3,8 bilhões em 2016. "Vai encarecer ou diminuir o crédito bancário. Por isso, apelo para que a MP não seja acatada", disse Portugal no Senado, onde participa de audiência na comissão mista criada para discutir a medida.

Segundo ele, a alternativa para amenizar os efeitos negativos da medida para o sistema bancário seria definir um prazo de validade para ela. "Foi proposta uma emenda para aumentar essa alíquota, mas em caráter temporário até 2018, quando retornaria

aos atuais 15%. Essa emenda, que atende ao objetivo do governo de aumentar a arrecadação, tem nosso apoio", esclareceu o representante dos banqueiros.

O assessor de Economia do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Martim Cavalcante disse que a MP 675 é necessária para que o ajuste fiscal seja cumprido, mas ressaltou que, isoladamente, ela não garantirá o crescimento da atividade econômica.

Para Cavalcante, será necessário tomar outras iniciativas, entre elas o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aplicado sobre automóveis e cosméticos.

De acordo com o gerente de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, o aumento de tributos causa "preocupação" no setor. "Qualquer aumento penaliza os setores produtivos e o emprego. E qualquer medida de ajuste fiscal, de longo prazo, precisa ter estimativa do impacto na competitividade", concluiu.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 08.07.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ PETROBRAS /

TRABALHADORES APROVAM PARALISAÇÃO

TRABALHADORES LIGADOS AO Sindicato das Empresas de Distribuição de Combustíveis do Estado do Rio de Janeiro (Sintramico-RJ) decidiram ontem, em assembleia, parar as atividades no próximo dia 24 em protesto contra o Plano de Negócios da Petrobras 2015-2019, que prevê a venda de ativos, redução de investimentos e venda de até 25% das ações da Petrobras Distribuidora (BR), empresa voltada para a comercialização de derivados.

A assembleia reuniu empregados que trabalham na logística dos aeroportos do estado. Os trabalhadores decidiram manter a mobilização nos próximos dias.

Na avaliação da presidenta do

Sintramico-RJ, Lígia Deslandes, a paralisação destina-se a pressionar a Petrobras a manter as ações da empresa em poder de brasileiros. "A venda de ativos é uma forma dissimulada de privatizar", disse.

O Sintramico decidiu, durante a assembleia, suspender as negociações entre os funcionários e a empresa, para a realização de acordo coletivo da categoria, que tem data-base em 1º de setembro.

"A ideia é unificar o movimento dos trabalhadores com a Federação Única dos Petroleiros e com os demais sindicatos da categoria para a implementação de decisões e ações conjuntas até a paralisação", informou a assessoria de imprensa.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 08.07.15

EDITORIA: ECONOMIA

Procon proíbe venda de quatro sabores de polpas de frutas

« SUPERMERCADOS » O órgão mandou recolher lotes das marcas SterBom e Nordeste Fruit, mas empresas afirmam que os produtos estão dentro dos padrões

O Instituto Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon Natal) determinou ontem que as quatro maiores redes de supermercado na cidade – Nordesteão, Carrefour, Extra e Hiper Bompreço – além de outros estabelecimentos suspendam a comercialização de polpas de fruta com os sabores goiaba e caju, da marca SterBom, e de uva e maracujá da Nordeste Fruit. A ação estaria embasada em “testes periciais realizados pelo Ministério da Agricultura”, que teriam apontado irregularidades nos produtos. As empresas negam, porém, que haja problemas e riscos à saúde do consumidor.

Em nota enviada à mídia, pela manhã, o Procon ressaltou que as polpas alvo da ação, no entanto, “descumprem os Padrões de Identidade e Qualidade (PIQ’S), apresentando índices de Sólidos Solúveis, Sólidos Totais e Ácido

Ascórbico abaixo dos limites mínimos estabelecidos no Art. 78, II e V e 99, I do Regulamento da Lei nº 8.918/94, aprovado pelo Decreto nº 6.871/09, cometendo também infração ao Art. 99, I do mesmo Decreto”. A TRIBUNA DO NORTE perguntou ao Ministério da Agricultura o que significam estes índices, quais seriam os limites mínimos, no que estes supostos descumprimentos poderiam impactar na saúde dos consumidores e se são previstas punições em casos como esse, mas o Ministério não respondeu até o fechamento desta edição.

Desde segunda-feira o Procon fiscaliza as grandes redes para que retirem os produtos de circulação. Kleber Fernandes, diretor-geral do órgão, afirmou, em nota, que todos os estabelecimentos comerciais, independente do porte, estão proibidos de vender os quatro sabores das polpas, “até que as empresas regu-

larizem a situação dos produtos”. Fernandes afirmou também que “trata-se de uma ação preventiva para assegurar a saúde do consumidor”. “Caso seja provada a adequação por parte dos fabricantes, os produtos poderão voltar a ser comercializados”, disse.

Ainda de acordo com o órgão, o Procon Natal enviou, ontem, notificação oficial para a Associação dos Supermercados do Rio Grande do Norte (Assurn) e para o Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do RN. “A medida objetiva solicitar, por meios legais, a suspensão imediata da comercialização das polpas Sterbom e Nordeste Fruit, por parte dos estabelecimentos associados às instituições”, frisou. A reportagem procurou o diretor do Procon para obter mais detalhes. Ele atendeu a ligação, mas a chamada caiu no início e ele não retornou nem atendeu em novas tentativas de contato.



DIVULGAÇÃO/PROCON

O diretor do Procon, Kleber Fernandes (de terno e gravata), tem realizado fiscalizações desde ontem

Indústrias negam irregularidades

As empresas citadas pelo Procon se disseram surpresas com a ação e negaram irregularidades. De acordo com o fundador da SterBom, Antônio Leite, a decisão sobre lotes de polpas de goiaba e caju baseou-se em uma das análises feitas pelo Ministério da Agricultura em 2013. "Os lotes apresentaram frações diferentes nas análises. Pode ser um açúcar a mais ou a menos. Na época, nos pediram para refazer os testes. Não sei por qual motivo chegou ao Procon e eles, sem notificar a empresa, foram até os supermercados e tiraram os produtos. Não havia necessidade".

Segundo o empresário, a empresa é fiscalizada de forma rotineira pelo Ministério e outros 13 órgãos. "Existe todo um cuidado para nossos produtos chegarem ao consumidor. Temos 25 anos de mercado e não estaríamos aqui se fossemos irrespon-

sáveis. Já fizemos outros testes nestes dois anos e não houve outros problemas, assim como estas frações não causam problemas de saúde", afirmou, dizendo que, em reunião com o diretor do Procon, ontem, "ele (do Procon) afirmou que ia mandar liberar os produtos". A reportagem não conseguiu contato com Kleber Fernandes para saber sobre as reuniões e possível liberação.

A Nordeste Fruit LTDA também negou irregularidades e questionou a necessidade de recolhimento das polpas que produz, "uma vez que estão em acordo com os padrões oficiais e não apresentam riscos ao consumidor". De acordo com a empresa, a última análise do Ministério nas polpas de maracujá foi em agosto de 2014 e as amostras recolhidas à época pelo Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro-PE) comprovam que o produto está de acor-

do com os padrões oficiais.

O mesmo teria ocorrido em relação à polpa de uva, de acordo com análises feitas em maio de 2015 pelo mesmo laboratório, garantiu a empresa. "Vale salientar que, ao contrário do que deixou a entender a nota emitida pelo Procon Natal, ácido ascórbico não se analisa em polpas de maracujá e uva", acrescentou.

A Nordeste Fruit disse dispor também de um laboratório com equipamentos para análises de seus produtos e que conta com um rigoroso processo de qualidade, desde a compra da matéria-prima. "A assessoria jurídica da empresa vai tomar as providências cabíveis no sentido de apurar junto aos órgãos denunciantes qual foi o embasamento técnico e jurídico dessa medida, haja vista o flagrante desrespeito às normas do regular processo administrativo", acrescentou.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE **DATA:** 08.07.15
FINANÇAS

EDITORIA: NEGÓCIOS E

Inflação com alta geral

O Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) tem alta de 0,68% em junho, com preços do atacado e varejo puxando o vagão. O índice é usado como referência para correções valores contratuais. Também é entra no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). Em maio subiu 0,40%, informa a Fundação Getúlio Vargas, destacando que o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-DI) subiu 0,43% em junho, contra avanço de 0,19% em maio. O índice responde por 60% do IGP-DI. O avanço nessa categoria foi influenciado pela alta de 0,92% dos preços das matérias-primas brutas, depois de uma queda de 0,58% em maio.

APERTO O Governo prepara mais medidas de ajuste fiscal. Ou será radical ou vai demorar. O fato é que as medias até agora reduziram os investimentos. Na construção encolheu 25% de janeiro a março. Levantamento indica que volume de recursos destinados a obras industriais e comerciais caiu mais que o do segmento residencial

Proteção

As medidas de proteção ao emprego vão custar cerca de R\$ 100 milhões. O governo deveria estender ao Nordeste, para segmentos como a construção civil e agricultura irrigada, entre outros. Certamente, a indústria automobilística concentrada do Sul e Sudeste do País vai levar o maior pedaço, como já aconteceu com a redução do IPI.

Restituição

A Receita Federal libera hoje, para consulta, o segundo lote de restituição do IRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física) 2015, que já vem sendo chamado de mega lote por repassar a mais de 1,5 milhão de contribuintes. O valor chegará a R\$ 2,5 bilhões. O dinheiro "novo" para irrigar a economia vai estar disponível no banco no dia 15.

CALOTE De acordo com estudo inédito desenvolvido pela área de big data da Serasa Experian, no acumulado do ano até abril, em comparação com mesmo período do ano passado, a inadimplência do consumidor com empresas do setor de telecomunicação cresceu 39,5% e a do varejo 38,2%. O percentual é maior que o aumento geral registrado nos setores não bancários no mesmo período, que foi de 16,7%. Em tempos de inadimplência, o ideal é mudar padrões no comportamento de consumo. O conselho é para reavaliar a conta do celular e cortar alguns hábitos.

Comércio piora

De acordo com o Indicador Serasa Experian de Atividade do Comércio, "o movimento dos consumidores nas lojas encerrou o primeiro semestre de 2015 com alta de 2,6% frente ao mesmo período do ano passado". É o pior desempenho do comércio varejista do país em 13 anos, ou seja, desde 2003, e o segundo pior de toda a série

histórica, perdendo apenas para o tombo de 6,9% observado no primeiro semestre de 2002. Por outro lado, a confiança do empresário do comércio saiu do campo negativo e tem alta após oito meses. O resultado foi motivado pela perspectiva de uma segunda metade de ano melhor para determinados segmentos do varejo.

1 Em péssimo estado de conservação algumas estradas

do litoral potiguar. Não se pode fazer turismo com acessos esburacados. Estão exigindo um recapeamento urgente as estradas entre Tabatinga e Barreta; Tabatinga-Nisia Floresta; Goianinha – Pipa e Entroncamento para Genipabu e a BR 101. O descaso que tomou conta a avenida Moema Tinôco é de fazer vergonha aos natalenses.

2 Um desafio das novas administrações é melhorar a

infraestrutura. A maioria das estradas brasileiras é insegura e está em mau estado de conservação. Dos 98,5 mil km de rodovias avaliadas tem algum tipo de defeito no pavimento. Segundo a análise, 49,9% dos trechos são regulares, ruins ou péssimos, 42,4% dos trechos são ótimos e 7,7% foram qualificados como bons.

3 Em recente relatório, o Banco Mundial disse que o Brasil tem

ficado para trás em infraestrutura e logística em comparação a outros países. Além disso, o País tem se caracterizado por baixos investimentos neste quesito. O custo do Brasil é muito maior do que China e Malásia. Esse custo inclui documentação, controle técnico, brokers, etc. O Brasil está em desvantagem em termos de custo.

TURISMO Feriado estadual em São Paulo, amanhã, 9 de julho, impulsiona a procura de voos domésticos. Segundo a agência de viagens online ViajaNet, Rio de Janeiro, Recife, Porto Seguro e Natal aparecem na lista de destinos para o feriado prolongado. Os paulistas já estão com as passagens compradas para aproveitar a data.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 08.07.15

EDITORIA: ECONOMIA

«IMPOSTO DE RENDA »

Receita abre consulta ao segundo lote de restituições

Contribuinte pode checar pela internet ou por telefone se vai receber o pagamento

Brasília (ABr) - A Receita Federal abre hoje consulta ao segundo lote de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física 2015. Ao todo, serão desembolsados R\$ 2,348 bilhões. Cerca de 1,4 milhão de contribuintes que declararam Imposto de Renda neste ano vão receber pagamento neste lote.

A Receita também pagará R\$ 151,9 milhões a 63.505 contribuintes que fizeram a declaração entre 2008 e 2014, mas estavam na malha fina. Considerando os lotes residuais e o pagamento de 2015, o total gasto com as restituições chegará a R\$ 2,5 bilhões.

A lista com os nomes estará

disponível a partir das 9h desta quarta-feira na página da Receita na internet. O endereço é www.receita.fazenda.gov.br. A consulta também pode ser feita pelo Receitafone, no número 146.

As restituições terão correção de 3,09%, para o lote de 2015, a 71,56% para o lote de 2008. Em todos os casos, os índices têm como base a taxa Selic (juros básicos da economia) acumulada entre a entrega da declaração até este mês.

O dinheiro será depositado nas contas informadas na declaração no dia 15. O contribuinte que não receber a restituição deverá ir a qualquer agência do Banco do Brasil ou ligar para os telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos) para ter acesso ao pagamento.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 08.07.15

EDITORIA: NATAL

Erosão volta a castigar orla de Ponta Negra

« LITORAL » A erosão atinge trechos onde não há enrocamento. O mais crítico está entre as ruas Francisco Gurgel e Manoel Soares de Medeiros. Problema começou com rompimento de galeria de águas pluviais

A erosão marítima volta a castigar a orla de Ponta Negra em trechos onde o enrocamento não chegou. O trecho mais crítico está entre as ruas Francisco Gurgel e Manoel Soares de Medeiros, onde parte da estrutura do calçamento está destruída. No entanto, segundo o secretário municipal de Obras Públicas e Infraestrutura (Semov), engenheiro Tomaz Pereira de Araújo Neto, o que ocasionou mesmo o problema foi o rompimento de uma galeria pluvial.

"A erosão do mar era previsível nessa faixa de praia. Onde tem

enrocamento, está protegido e não aconteceu nada", afirma o secretário. Tomaz Neto disse que já nas primeiras chuvas do período inverno em Natal, em abril, iniciou-se o processo erosivo, ocasião em que a Semov tapou o buraco aberto pelas águas pluviais. Segundo ele, o problema persistiu em maio e se agravou nas últimas chuvas de junho em virtude do entupimento da galeria pluvial pelo lixo jogado pela população.

"A água começou a jorrar por cima e começou a cavar entre a calçada e uma plataforma que havia

no local, tipo o patamar e uma rampa que existia até a escadaria", explicou o secretário. Ele informou que a partir de segunda-feira (13) a Semov deve começar a trabalhar na recuperação do trecho atingido. Tomaz Pereira Neto informou que da cota zero, a partir do Morro do Careca e até o fim de dois quilômetros de enrocamento, não ocorreu nenhum problema. O titular da Semov lembrou que, inicialmente, as obras de enrocamento contemplariam 1.790 metros de praia, mas ampliou até dois mil

metros Erivan França para subir uma ladeira até a avenida Roberto Freire "porque adiante já começava o processo erosivo da praia".

Segundo Tomaz Neto, o enrocamento em dois mil metros é provisório, previsto para durar dois anos. A obra definitiva será o engordamento que, segundo, Tomaz Neto abrangerá das imediações do Morro do Careca até a área de praia por trás do Natal Mar Hotel, já na avenida Senador Dinarte Mariz (Via Costeira). A empresa Tetra Tech Construtora foi contratada para fazer o estudo que definirá o projeto.



Trecho atingido por erosão começa a ser recuperado na segunda

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 08.07.15

EDITORIA: ECONOMIA